

“O turismo parou”: a pandemia e as comunidades do Mosaico do Baixo Rio Negro (AM)

“Tourism came to a halt”: the pandemic and the communities of the Lower Rio Negro Mosaic (AM)

Susy Rodrigues Simonetti, Pedro Meloni Nassar, Josângela da Silva Jesus

Resumo

Este estudo de caso apresenta e analisa as percepções dos comunitários sobre a pandemia da COVID-19 e seus impactos no turismo, nas comunidades ribeirinhas e indígenas do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro – MBRN – no estado do Amazonas, Brasil, bem como as ações de parceiros, e novos desdobramentos e perspectivas para um período pós-pandêmico. O turismo na Amazônia ganhou notoriedade nas discussões acadêmicas e nas próprias comunidades, e despontou em muitas delas ao longo do rio Negro. As diferentes categorias de áreas protegidas que compõem o MBRN, reconhecido em 2010 por sua importância para a conservação da sociobiodiversidade, possuem iniciativas de turismo em comunidades ribeirinhas e indígenas. A proximidade dessa região com o centro urbano de Manaus, capital do estado, facilitou, por muitos anos, o turismo convencional e de massa sem qualquer planejamento. A busca por uma visitação mais responsável e com o envolvimento comunitário teve seu processo de construção liderado por atores locais com o apoio de parceiros que seguem atuando na tentativa de pensar um outro turismo, possibilitando experiências únicas e a valorização dos produtos da sociobiodiversidade. Este estudo qualitativo integrou ao método dialético, técnicas como a observação, a entrevista semiestruturada (individual e coletiva) e conversas informais com as lideranças, a realização de uma oficina para identificação dos atrativos, produtos e serviços para o turismo, e um trabalho de campo em 23 comunidades. Diante dos resultados, é possível afirmar que os comunitários ficaram vulneráveis à COVID-19, acionaram seus conhecimentos sobre plantas medicinais e se apoiaram mutuamente. Também receberam suporte de instituições diversas durante a pior fase da pandemia no Amazonas. O turismo, embora ainda encontre um frágil protagonismo e envolvimento da coletividade, em muitas comunidades, é a principal fonte de renda, e precisou ser repensado e planejado após um longo período de estagnação.

Palavras-chave: Mosaico; Áreas Protegidas; Turismo em Comunidades; COVID-19; Amazônia.

Abstract

This case study presents and analyzes the perceptions about the COVID-19 pandemic and its impacts on tourism by locals of riverside and indigenous communities in the Lower Rio Negro Mosaic of Protected Areas – LRNM – in the state of Amazonas, Brazil. It also presents their perceptions of their partners’ actions and new developments for a post-pandemic period. Tourism in the Amazon region gained notoriety in academic discussions and in its own communities and emerged in the various communities along the Rio Negro. The different categories of protected areas that make up the LRNM, recognized in 2010 for their importance in the conservation of socio-biodiversity, have tourism as part of development initiatives within riverside and indigenous communities. The proximity of this region to the urban center of Manaus, the capital city of the state, facilitated conventional and mass tourism without any planning for many years. The desire for a more responsible visitation framework, with community involvement, had its construction process led by local leads with the support of partners who continue to work in an attempt to think about a different type of tourism, enabling unique experiences and the appreciation of socio-biodiversity products. This qualitative study integrated the dialectical method with techniques such as observation, semi-structured interviews (individual and collective) and informal conversations with local leaders, a workshop to identify attractions, products, and tourism services, and fieldwork in 23 communities. Looking at the results, it is possible to affirm that community members were vulnerable to COVID-19, used their knowledge about medicinal plants, and supported each other. They also received support from various institutions during the worst phase of the pandemic in Amazonas. Despite a fragile protagonist role, tourism in many communities is the main source of income and therefore needed to be rethought and replanned after a long period of stagnation.

Keywords: Mosaic; Protected Areas; Tourism in Communities; COVID-19; Amazon.

Introdução

Este artigo apresenta e analisa a percepção dos moradores das comunidades do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN), no Amazonas, sobre os impactos da pandemia da COVID-19¹ no turismo da região. Neste estudo, esses moradores serão denominados comunitários ou ribeirinhos, termos pelos quais eles próprios se reconhecem.

Os comunitários do MBRN, lócus do estudo, possuem um sistema econômico variado, baseado em pequenos núcleos produtores familiares, vivem de uma grande diversidade de recursos ambientais, e de uma produção voltada para o autoconsumo e venda de excedentes (Lima Ayres, 1992). Há ainda artesãos e proprietários de pequenas pousadas e restaurantes, recebendo visitantes em seus territórios localizados em um misto de igapó

e terra firme². Na Amazônia, os ribeirinhos são uma referência de população tradicional devido às suas relações com o trinômio terra-água-floresta e, no âmbito das comunidades, são definidas as formas de organização sociocultural desses indivíduos.

Há uma vasta literatura sobre o termo comunidade, o qual está associado a muitas disciplinas e áreas do conhecimento: Psicologia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História, Filosofia. Este termo pode ser compreendido a partir de duas naturezas: o uso pelas próprias comunidades, de maneira instrumental, levando-se em consideração a forma de organização social, sem a preocupação com os confrontos técnico-científicos; quanto ao outro uso, seja na ciência ou na pesquisa acadêmica, os conceitos surgem com diferentes graus de explicação e pertencem a matrizes técnico-científicas diferenciadas (Simonetti & Porto, 2020). Dentro de uma mesma área, como a Sociologia ou a Psicologia, por exemplo, há diversos pontos de vista.

Wiggers (2012) explica que o termo “comunidade ribeirinha” foi formulado em vista das lutas políticas e afirmações identitárias da região. O dispositivo comunidade, no mundo rural amazônico, reveste-se de “[...] um termo carregado de significados referentes à mobilização política, agrupamento populacional, unidade político-administrativa, harmonia e comunhão” (Wiggers, 2012, p.30-31). Para Lima e Alencar (2000), comunidades são assentamentos com uma organização política formal baseada no modelo oriundo do Movimento de Educação de Base (MEB), da Igreja Católica.

No entanto, para Bauman (2003), não há uma comum-unidade. A comunidade real é tomada e entendida como um dispositivo heterogêneo, onde persiste a multiplicidade, ideias e ideais diferentes, a insegurança e onde os conflitos também estão presentes. Nem todos se entendem bem em uma comunidade, ao contrário do que muitos esperam, nem é o paraíso perdido ou ainda esperado. Bauman (2003, p. 09) sinalizou que esta comunidade idealizada “[...] é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir”.

Com a chegada da pandemia da COVID-19, afetando de modo drástico e mortal os comunitários do rio Negro, muitas atividades foram paralisadas, o que inclui o turismo, atividade exercida por grande parte deles há anos. As comunidades deixaram de receber seus visitantes, o que impactou diretamente a renda local. Menezes et al. (2021) asseveraram que, desde o ano de 2019, a COVID-19 alterou o modo de vida da população mundial e modificou os fluxos turísticos, deixando muitas incertezas.

Neste artigo, considerando a necessidade de conhecer os impactos da pandemia nas comunidades das áreas protegidas do rio Negro, no Amazonas, buscou-se apresentar e analisar, à luz da literatura e de observações de campo, a percepção dos comunitários sobre os impactos da pandemia nas suas atividades de turismo no Mosaico e, diante desse cenário, apresentam-se ações de parceiros e novos desdobramentos e perspectivas para o período pós-pandêmico.

Para a obtenção dos dados, este estudo qualitativo integrou ao método dialético, técnicas como a observação, a entrevista (individual e coletiva), a realização de uma oficina para

identificação dos atrativos, produtos e serviços para o turismo, e um trabalho de campo em 23 comunidades.

Dessa forma, o capítulo está dividido em quatro partes: na primeira, caracteriza-se o turismo no Mosaico, com seus atrativos e atividades. Na sequência, o texto apresenta o processo que resultou na obtenção dos dados e informações para que, em seguida, fossem expostas as principais considerações sobre o avanço da pandemia no estado do Amazonas, nas comunidades e as ações dos parceiros que culminaram no enfrentamento do novo coronavírus. A última parte do capítulo apresenta os relatos dos comunitários indígenas e ribeirinhos, moradores de áreas protegidas, sobre os impactos da pandemia da COVID-19 em seus territórios e no turismo. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

Caracterização do Mosaico e do Turismo na Região

O turismo em áreas protegidas no Brasil, enfrenta inúmeros desafios em face da escala continental do país e da sua diversidade cultural. No entanto, não faltam potencialidades e possibilidades para o desenvolvimento do turismo em todo o território brasileiro.

O estudo Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação para a Economia Brasileira - efeitos dos gastos dos visitantes em 2018 (ICMBio, 2019) revelou que o número de unidades de conservação (UCs) que informaram a quantidade de visitantes, subiu de 104 para 120, em 2018. Esse crescimento se deve ao fato de terem sido ofertados mais serviços, trilhas, atrativos e atividades para a sociedade, de acordo com o documento.

As UCs federais, em 2018, registraram mais de 12,4 milhões de visitas, o que significa um aumento de 16% (1,7 milhão de visitas) em relação ao ano anterior (10,7 milhões). Outros resultados da mesma investigação indicaram que cada R\$ 1,00 investido nas áreas protegidas federais, produziu R\$ 15,00 em benefícios econômicos para o Brasil. Indicaram, ainda, que os impactos econômicos do turismo afetaram, diretamente, a gestão das UCs e os empreendimentos turísticos e, indiretamente, alcançaram outros tipos de negócios e comunidades locais.

Para Irving (2015, p.52), “reduzir o turismo a uma atividade de mercado, mais do que um equívoco pessoal, traduz uma visão alienada e alienante de um mundo em crise, conectado em tempo quase real”. Dessa forma, a mesma autora defende que o turismo em áreas protegidas seja uma via possível para a inclusão social e uma oportunidade para se avançar na conservação da biodiversidade. As áreas protegidas seriam, diante dessa perspectiva, “um lócus pulsante de encontro e transformação social” (p.75).

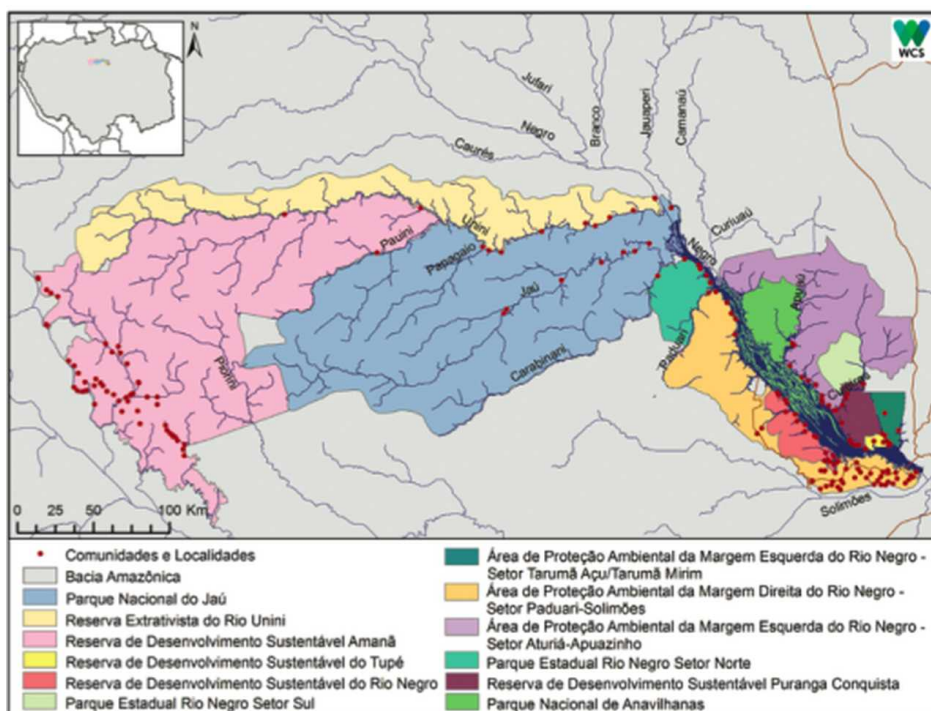
As UCs no Brasil são um instrumento fundamental para a proteção dos recursos ambientais e para a sustentabilidade das populações que dependem dessas áreas para sobreviver. Os Mosaicos são o conjunto de UCs e áreas protegidas localizadas próximas, sobrepostas ou justapostas; previstos em lei, são reconhecidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e deverão ter um conselho consultivo próprio como instância de auxílio na tomada de decisão (MMA, 2010a; Machado et al., 2011).

O MBRN (Figura 1) foi reconhecido pela Portaria nº 483 de 14 de dezembro de 2010, do

MMA, incluindo os municípios de Manaus, Novo Airão, Iranduba, Barcelos e Manacapuru, e é composto por 11 UCs, sendo 3 federais, 7 estaduais e 1 (uma) municipal, totalizando cerca de 8 milhões de hectares de ecossistemas de água preta e floresta tropical (Cardoso, 2010). O conselho do Mosaico é presidido por um dos gestores das UCs que o compõem. Em 2014, devido à recategorização de um parque estadual, surgiu mais uma Unidade de Uso Sustentável, ou seja, atualmente são 12 áreas protegidas.

Figura 1

Mapa do Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN)



Nota. Fonte: WCS (2017). Publicações. <https://brasil.wcs.org/pt-br/WCS-Brasil/Publicaciones.aspx>

Segundo o Relatório da Biodiversidade Brasileira, a importância ecológica e social dos ecossistemas do baixo rio Negro é evidenciada pela alta diversidade biológica, o que lhe confere a classe de área de extrema importância para a conservação (MMA, 2010b). Em 2018, o rio Negro foi classificado como um novo Sítio RAMSAR brasileiro (IPAAM, 2018).

O MBRN possui várias características que propiciam um fluxo de visitação, quais sejam: beleza cênica; múltiplos ecossistemas, resultando em grande biodiversidade; a proximidades de algumas UCs de centros urbanos, como Novo Airão e, principalmente, de Manaus, a maior cidade e capital do Amazonas; a formação das praias durante a vazante dos rios; disponibilidade de leitos em hotéis, lodges e pousadas que oferecem hospedagem aos mais diversos públicos; artesanato produzido a partir de sementes, fibras, cipós e madeira de árvores caídas; gastronomia; comunidades locais e sua riqueza cultural, entre

outras.

De forma geral, algumas atividades e atrativos que impulsionam o turismo na região estão listados a seguir:

- Trilhas fluviais e em terra firme;
- Observação de fauna;
- Gastronomia local;
- Pesca esportiva;
- Focagem da fauna noturna;
- Passeios em canoa regional;
- Turismo de interação com botos;
- Observação de aves;
- Visitas às praias fluviais, cachoeiras, corredeiras, lagos e igarapés;
- Visitas às comunidades ribeirinhas e indígenas;
- Produção de artesanato e outros produtos da sociobiodiversidade.

Mesmo diante da diversidade de atividades, e dos atrativos culturais e naturais, o fluxo de visitantes nas comunidades e UCs do MBRN não é uniforme. Áreas mais distantes, como a Reserva Extrativista (Resex) do Rio Unini e o Parque Nacional do Jaú, devido à distância dos centros urbanos como as sedes municipais, são menos visitadas, recebendo, em especial, grupos pequenos que realizam viagens mais longas e, muitas vezes, com um objetivo específico. O deslocamento para essas áreas leva mais tempo e o investimento financeiro é maior. Comunidades próximas a Manaus, por exemplo, ou aos alojamentos em meio à floresta e às margens do rio Negro, recebem mais visitantes com viagens mais curtas, nos finais ou durante a semana. É nesse cenário que o trabalho de campo foi realizado, e as observações e relatos contribuíram para se discutir a pandemia e o turismo nas comunidades locais.

A Construção dos Dados

Entre julho e novembro de 2021, os autores desse capítulo e responsáveis pelas atividades de visitação no Mosaico, no âmbito do *Projeto Rotas e Pegadas: Caminhos Integrados para o Desenvolvimento do Mosaico do Baixo Rio Negro*, apoiado pelo Projeto LIRA³, realizaram três atividades junto aos atores interessados ou que desenvolvem alguma atividade de turismo do MBRN: uma oficina semipresencial em Novo Airão – *online* – para levantamento de atrativos turísticos e de comunidades que estão envolvidas de alguma forma com o turismo; e duas viagens de campo para identificar as experiências de turismo nas comunidades das diversas UCs e, posteriormente, elaborar roteiros integrados na região e produzir materiais que auxiliem na compreensão das atividades e atrativos turísticos nessas áreas⁴.

A oficina de roteiros integrados foi realizada em duas manhãs, nos dias 15 e 16 de julho de 2021, com cerca de 30 pessoas: presencialmente, na sede da Fundação Vitória Amazônica (FVA), em Novo Airão, e aqueles que possuíam acesso à internet, em suas residências ou comunidades, participaram de modo *online*. Foram convidados representantes do *trade*

turístico do estado do Amazonas, das associações de turismo, das comunidades inseridas no MBRN, dos órgãos gestores das UCs, pesquisadores e outros parceiros institucionais.

Embora não se tenha discutido, diretamente, os impactos da pandemia, muitas vezes quando se questionava se na área havia atividades de turismo, era muito comum os participantes mencionarem que sim, mas que a pandemia havia paralisado as atividades, ou “atrapalhado o turismo”, ou mesmo a resposta era “o turismo parou”.

Após a realização da Oficina, aconteceu o primeiro trabalho de campo. Foram visitadas 14 comunidades de 7 UCs, entre os dias 17 e 23 de julho; e mais 9 comunidades, de 6 UCs, no segundo trabalho de campo, entre os dias 12 e 18 de novembro de 2021 (Tabela 1). Das 23 comunidades visitadas, 6 delas não estão envolvidas com turismo, atualmente, em seus territórios.

Não foram realizadas reuniões, mas conversas e entrevistas com informantes-chave da comunidade, seja por estarem envolvidos com turismo, ou por serem considerados uma liderança local. Optou-se por não identificar os entrevistados e suas falas, no entanto, algumas citações que os identificam foram mantidas e são provenientes do documento Aliança Covid Amazonas (Viana & Aldeodato, 2020). Durante os diálogos, alguns dos 52 informantes também apontaram outras iniciativas em comunidades não visitadas. Procurou-se manter o correto distanciamento entre as pessoas e realizar as conversas em ambientes arejados, além do uso de máscaras e álcool em gel (70%).

Tabela 1

Comunidades Visitadas durante o Trabalho de Campo e as UCs das quais Fazem Parte⁵

Comunidade	Unidade de Conservação
Lago das Pedras	RESEX do Rio Unini
Cachoeira	PARNA Jaú
Airão Velho	PAREST Rio Negro Setor Norte
Mirituba	PAREST Rio Negro Setor Norte
São Pedro do Puduari	APA MD Rio Negro Setor Puduari-Solimões e PAREST Rio Negro Setor Norte
Bom Jesus do Puduari	APA MD Rio Negro Setor Puduari-Solimões
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	RDS Rio Negro
Tumbira	RDS Rio Negro
Sobrado	APA Margem Dir. Rio Negro Setor Puduari-Solimões
Nova Aliança	APA Margem Esq. Rio Negro Setor Aturiá-Apuauzinho
Bela Vista do Jaraqui	RDS Puranga Conquista
Nova Esperança	RDS Puranga Conquista
Santo Antônio	RDS Rio Negro
Tiririca	RDS Rio Negro
Aracari	APA MD Rio Negro Setor Puduari-Solimões

Comunidade	Unidade de Conservação
Saracá	RDS Rio Negro
Santa Helena do Inglês	RDS Rio Negro
Pagodão	RDS Puranga Conquista
São Sebastião	APA ME Rio Negro Setor Aturiá-Apuauzinho
Três Unidos	APA MERio Negro Setor Aturiá-Apuauzinho
Aldeia Tuyuka	RDS Tupé
Julião	RDS Tupé
Paricatuba	APA MD Rio Negro Setor Puduari-Solimões e APA Encontro das Águas

Das UCs relacionadas na Tabela 1, somente a Resex do Rio Unini e o Parna Jaú são federais. A APA Encontro das Águas e a RDS Tupe são municipais, e todas as demais estão sob a gestão do órgão de meio ambiente estadual. Com o intuito de apresentar e analisar a percepção dos comunitários sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nas comunidades e em suas atividades de turismo no MBRN, faz-se necessário definir o conceito de impacto aqui trabalhado:

[...] poder-se-ia definir impacto como uma força emanada de uma ação ou um acontecimento capaz de trazer implicações diretas ou indiretas para o que ou para quem é atingido, sendo fundamental considerar que, quando socialmente sentidos, seus efeitos desdobram-se, dialeticamente, em ações, reações e contrações por parte da sociedade/grupo social/comunidade atingidos. É exatamente o que tem se passado no setor turismo após a deflagração da pandemia (Cruz, 2020, p.4).

O desenho metodológico desta pesquisa qualitativa se baseou, do mesmo modo, em fontes secundárias, utilizando referências consagradas, como os periódicos e publicações científicas de referência, além de documentos, relatórios e eventos online com a participação de comunitários e gestores, visando dimensionar as questões em estudo.

A pesquisa qualitativa foi acionada na tentativa de se compreender, detalhadamente, os significados e características situacionais apresentadas pelos 52 informantes, em lugar da produção de medidas quantitativas, considerando ainda a facilidade na comunicação com os comunitários e a percepção que envolve os vários aspectos da realidade. A pesquisa qualitativa foi eleita por responder melhor aos elementos que envolvem a percepção. É fundamental conhecer como as pessoas percebem, vivenciam e valoram o ambiente no qual estão inseridas, assim é possível intervir na realidade, planejar e atender as demandas sociais.

A Pandemia no Estado do Amazonas e as Ações de Enfrentamento

A partir de fevereiro de 2020, com as notícias sobre o primeiro caso de COVID-19 no Brasil, os estados, gradativamente, adotaram medidas de acordo com sua infraestrutura

e características regionais, bem como implementaram ações que pudessem combater o alastramento da doença (Croda et al., 2020; Lancet, 2020). Desde então, as atividades relacionadas ao turismo, à hospitalidade e eventos foram suspensas pelos governos, pois havia a necessidade de controlar a pandemia.

Muitas ações foram tomadas nos diversos territórios: houve o fechamento de fronteiras, proibição das viagens e aglomerações de pessoas em eventos e locais públicos, e havia orientação para que as pessoas permanecessem em casa com o intuito de impedir que o sistema público de saúde entrasse em colapso, em virtude da disseminação da doença (Higgins-Desbiolles, 2020; Vidal et al., 2021). Algumas cidades restringiram a circulação de pessoas (*lockdown*), permitindo apenas para questões essenciais.

No Amazonas, muitas dessas e outras restrições foram empregadas. Menezes et al. (2021) citaram os estudos de Aleixo e Silva Neto (2020) para identificar que a intensa circulação de pessoas pelos aeroportos, rodovias e portos do território amazonense foi responsável pela difusão da pandemia da COVID-19, pois constituem infraestruturas responsáveis pela fluidez no território. O mesmo estudo revelou que os muitos deslocamentos, o baixo isolamento e o distanciamento social da população abaixo do esperado, também contribuíram para a difusão da pandemia. De fato, esses fatores foram um agravante nas comunidades ribeirinhas e indígenas do Mosaico devido à proximidade e conectividade com Manaus.

Manaus confirmou o primeiro caso de COVID-19 no dia 13 de março de 2020 e, a partir do dia 28 do mesmo mês, a transmissão local da doença também foi confirmada (Aleixo & Silva Neto, 2020). A capital do estado se tornou o epicentro da pandemia, incluindo uma parcela importante de povos indígenas e populações tradicionais que circulam na rede urbana. Diante desse contexto, notou-se que a circulação fluvial, de grande importância em todo o estado, sem desconsiderar os fluxos aéreos e rodoviários, contribuiu para a expansão do novo coronavírus, a partir de Manaus para outros municípios do estado.

Os governos estadual e municipal⁶, por meio de decretos e ações, com o intuito de impedir o alastramento da doença e, em consequência disso, as mortes causadas pela COVID-19, estabeleceram diversas estratégias de enfrentamento. Dentre elas, destacam-se: suspensão de serviços não essenciais, das atividades escolares e do transporte de passageiros; uso obrigatório de máscaras; toque de recolher; barreiras nas entradas e saídas municipais; suspensão de eventos públicos e outras. Todas essas ações tentaram reduzir a circulação da população e manter o isolamento social, sem muito sucesso no Amazonas.

Nessa esteira de ações, com a interrupção das atividades econômicas no estado, houve o fechamento de *lodges*, pousadas, restaurantes e outros estabelecimentos diretamente ligados ao turismo, com a consequente devolução de reservas pagas antecipadamente, cancelamentos ou remarcações, bem como a impossibilidade de se visitar as comunidades locais, especialmente aquelas nos limites das áreas protegidas que ofertam produtos e serviços turísticos.

Uma das primeiras ações do governo do Amazonas ao se deparar com a pandemia da

COVID-19 foi assinar o Decreto n° 42.061 de 16 de março de 2020 (LEGISWEB, 2020), declarando situação de emergência na saúde pública do estado, pelo prazo de 120 dias, tendo em vista a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Infecção Humana pelo novo coronavírus.

Em 19 de março de 2020, o Decreto 42.087 (PGE-AM, 2020) suspendeu os serviços de transporte fluvial de passageiros, operados por embarcações de pequeno, médio ou grande porte, de qualquer natureza, dentro dos limites territoriais do estado do Amazonas. O Decreto fez ressalvas aos casos de emergência e urgência a serem definidos pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas (ARSEPAM).

O MBRN possui UCs federais, estaduais e municipais, que também foram atingidas por decretos e portarias. No âmbito federal, a primeira Portaria foi a 227, de 22 de março de 2020 (MMA & ICMBio, 2020a), suspendendo por tempo indeterminado a visitação pública nas UCs. Somente 5 meses depois, a Portaria 890, de 25 de agosto de 2020 (MMA & ICMBio, 2020b), permitiu a reabertura para visitação pública das UCs federais, de modo gradual e monitorado, desde que cumpridos os protocolos de segurança sanitária e respeitados os decretos vigentes.

As comunidades do entorno dos Parques Nacionais do Jaú e Anavilhanas, que estão envolvidas com turismo, por se localizarem em UCs estaduais do Mosaico, seguiram as Portarias da Secretaria do Estado de Meio Ambiente (SEMA) n° 32, de 17 de março de 2020 (Governo do Estado do Amazonas, 2020a) e a de n°. 54 de 01 de junho de 2020 (Governo do Estado do Amazonas, 2020b), considerando que a gestão das áreas protegidas estaduais está sob a responsabilidade desse órgão. A primeira tratava da suspensão, por tempo indeterminado, das autorizações para a realização de filmagem, visitas e pesquisas nas UCs, as reuniões presenciais de conselho, reuniões comunitárias e encontro de gestores, e a participação de servidores e colaboradores em eventos de qualquer natureza ou em viagens intermunicipais; e a segunda definia o funcionamento da Secretaria de Meio Ambiente, o horário dos servidores e ratificava a primeira.

A Portaria SEMA n° 12, de 10 de fevereiro de 2021 (Governo do Estado do Amazonas, 2020c), revogou as Portarias anteriores, possibilitando a visitação pública nas UCs. Além das portarias, a SEMA passou a estruturar um plano para a retomada das atividades turísticas, dialogando com prestadores de serviços e instituições parceiras como organizações não governamentais (ONGs), universidades e outras secretarias, direta ou indiretamente relacionadas ao turismo.

Ainda no âmbito do Mosaico, em agosto de 2020, foi finalizado o Protocolo para Visitação às Unidades de Conservação do Mosaico do Baixo Rio Negro – Amazonas (Mosaico do Baixo Rio Negro, 2020), construído durante os encontros virtuais do Grupo de Trabalho de reabertura das UCs do MBRN, criado em junho de 2020, e contou com 36 participantes entre gestores, conselheiros, representantes do *trade* turístico, de instituições governamentais e de ONGs, pesquisadores, professores, entre outros. O documento foi elaborado para atender à necessidade de procedimentos sanitários para a visitação nas

UCs que compõem o Mosaico, a partir da análise de outros protocolos vigentes, a fim de minimizar o risco de transmissão da COVID-19. É importante ressaltar que a discussão sobre a visitação nas comunidades não estava incluída no referido documento.

A Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur) lançou, em julho de 2020, o Plano Amazone-se (Amazonastur, 2020a), com ações diversificadas e direcionadas para:

- Reposicionamento do Amazonas como destino turístico (promoção turística) e participação em eventos;
- Ordenamento e fiscalização;
- Suporte ao empresariado, por meio do programa de estímulo ao acesso de créditos emergenciais e articulação com as instituições financeiras, oferecendo suporte às dificuldades enfrentadas pelo setor;
- Obras de infraestrutura turística. O Plano incluiu ainda medidas como a ampliação de prazos para pagamento de ICMS, protocolo para visitação às UCs do MBRN e suspensão de licitações.

Mesmo diante desse cenário, o que se nota há tempos, no estado, é a falta de políticas claras de apoio ao turismo, aos empreendedores, às empresas do setor ou à retomada da atividade no período pandêmico. Embora existam planos de contingência e protocolos de visitação elaborados coletivamente, a fiscalização é quase inexistente. Faltam servidores nesses órgãos e a descontinuidade política é notória.

A mesma instituição elaborou o documento denominado Movimentação e Caracterização dos Turistas 2020 (Amazonastur, 2020b), reunindo informações referentes à movimentação de turistas do Amazonas, em 2020, domésticos e estrangeiros, comparando os dados em relação aos anos anteriores. O documento apresenta também informações das pesquisas Caracterização dos Turistas do Amazonas 2019 e 2020, e Avaliação dos Turistas 2019 e 2020, apresentando dados sobre perfil dos turistas, gastos, características da viagem e avaliação sobre infraestrutura.

De acordo com esses relatórios, que não apresentam claramente a metodologia utilizada, de forma bem resumida, é possível inferir que, em 2020, a movimentação de visitantes no estado sofreu uma retração de 45,01%. O turismo doméstico aumentou 9,64% e o internacional caiu 97,61%, ao se comparar com o ano anterior (2019). Com base nesses números, é possível perceber que o impacto da pandemia trouxe, também, sérias consequências econômicas para a cadeia e o sistema produtivos de turismo.

Com o intuito de assegurar a proteção dos moradores das UCs, os parceiros se mobilizaram para a doação de cestas básicas, e materiais de higiene e de limpeza para as comunidades. As reuniões de conselho, as atividades comemorativas ou de turismo ficaram suspensas em todas as UCs estaduais, o que inclui aquelas do Mosaico.

De acordo com o depoimento de um dos gestores da SEMA, na Webinar sobre Turismo Comunitário na Amazônia em Tempos de COVID-19, as comunidades mais isoladas foram as mais vulneráveis à COVID-19: tinham maior dificuldade de acesso à água potável, para a higienização das mãos e limpeza das casas e roupas, sem contar a falta de recursos para

aquisição desses produtos; pouca ou nenhuma informação sobre o novo coronavírus e a pandemia; maior dificuldade com a logística (deslocamento) para Manaus ou para as sedes municipais em casos graves, além do acesso limitado aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

A SEMA e parceiros desenvolveram algumas campanhas educativas (Fica na Comunidade; Fica em Casa) nesse período, e envolveram os comunitários, além da produção de vídeos, cartazes, divulgação nas mídias sociais, criação de canais de comunicação com as lideranças, como a criação de grupos de Whatsapp dos conselhos gestores e lista de transmissão com os boletins sobre a pandemia da COVID-19. Uma maior interação e tomada de decisão junto às comunidades foi possível com a instalação de internet, em algumas delas, facilitando a comunicação. As instituições também facilitaram o acesso ao auxílio emergencial do Governo Federal e cadastraram os beneficiários para acessarem donativos em secretarias do governo, como a Secretaria de Justiça. Outra ação, que teve apoio dos parceiros junto às associações comunitárias, foi a produção de máscaras de tecido na prevenção contra o novo coronavírus. As mulheres se reuniram nas comunidades, e passaram a produzir e comercializar os acessórios.

A Secretaria de Estado de Saúde (SES) e as secretarias municipais atuaram nas UCs fazendo diagnósticos para identificar casos de COVID-19. De acordo com o gestor da RDS Rio Negro, em uma das primeiras visitas, foram realizados 100 exames nessa UC, e 89 comunitários testaram positivo, o que demonstra o impacto severo de transmissão do novo coronavírus.

Ao considerar o cenário pandêmico que se alastrava pelas comunidades locais, as “articulações institucionais culminaram na criação da Aliança Covid Amazonas, com o objetivo de somar conhecimento e forças em apoio às populações vulneráveis de áreas remotas no enfrentamento da pandemia e seus impactos à saúde, renda e condições sociais” (Viana & Aldeodato, 2020, p.23). A Aliança contra a pandemia da COVID-19 no Amazonas alcançou diversas áreas, destacando os seguintes números:

- 10 Terras Indígenas;
- 07 Regionais da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB);
- 39 municípios parceiros da Aliança;
- 04 populações vulneráveis de Manaus⁷;
- 16 UCs estaduais;
- 22 UCs federais;
- e áreas de entorno.

Considerando a área de atuação da Aliança e de outras iniciativas, nota-se que as UCs estaduais foram atendidas e, sendo assim, as ações de enfrentamento à pandemia ocorreram nas comunidades do Mosaico, ainda que de maneira desigual, em face das distâncias, da difícil logística, da ausência de comunicação, entre outras.

Turismo e Pandemia nas Comunidades Ribeirinhas e Indígenas do Mosaico

O turismo, inicialmente percebido como alternativa complementar de renda, tornou-se atividade econômica principal para muitas comunidades visitadas pelos autores deste estudo. No entanto, nota-se que há diferentes níveis de envolvimento com a atividade. Em algumas, pequenos grupos de comunitários se organizaram para prestar serviços de canoero para a pesca esportiva, para o ecoturismo, e para a condução nas trilhas aquáticas e terrestres. Em outras, a organização é para receber os visitantes nos restaurantes e pousadas (comunitários ou particulares), para produzir e vender artesanato ou produtos da sociobiodiversidade.

Com a chegada do novo coronavírus, as atividades de turismo foram paralisadas nas comunidades do MBRN, e todas foram afetadas em alguma medida pela pandemia. Não se tem números oficiais ou estudos que apontem as perdas dos empreendedores locais. Um pequeno empreendedor do rio Negro afirmou que a pandemia foi devastadora para os negócios com 100% das atividades paralisadas: havia reservas para a sua pousada, grupos confirmados e muitos projetos a serem desenvolvidos. O impacto no sistema produtivo do turismo foi imensurável. Os grupos que sobrevivem dos recursos provenientes do turismo passaram por momentos muito difíceis e somente a colaboração dos parceiros amenizou os efeitos sociais, psicológicos e econômicos nas comunidades, e os comunitários seguem sem “perder a esperança em dias melhores”.

A retomada do turismo não se trata, apenas, da reabertura das pousadas ou do retorno das atividades, mas também da confiança do visitante em recolocar o Brasil e a Amazônia em seus roteiros futuros. Confiança que pode demorar a se reestabelecer no exterior, tendo em vista que o combate à pandemia no país não foi visto de forma satisfatória mundo afora. Sem a visita turística e na ausência de atendimento de saúde mais complexo ou remédios que pudessem evitar ou tratar a COVID-19, lembrando que, em meados de 2020, ainda não havia vacina disponível, os saberes da floresta foram colocados em prática por meio da sociobiodiversidade na APA MD Setor Puduari Solimões:

Foi algo que ninguém esperava. O turismo parou. Como praticamente todos na aldeia pegaram Covid, ninguém podia sair ou entrar. Até os enfermeiros precisaram se ausentar. E então percebemos como é fundamental os próprios parentes cuidarem uns dos outros. Graças a isso, não houve nenhum óbito. Definimos regras: de 20 em 20 dias somente uma pessoa saía para comprar alimento suficiente para toda a comunidade. E minha mãe, mulher do cacique, fez remédio caseiro. Todas as famílias passaram a fazer e tomar: um chá de folha de maracujá, boldo, jambu, mangarataia (gingibre), urubucaa e mel [...] - Neurilene Cruz, técnica indígena de enfermagem e empreendedora na aldeia Três Unidos, no Rio Cuieiras, onde vivem 35 famílias da etnia Kambeba (Viana & Aldeodato, 2020, p.33).

Outros três entrevistados, durante o trabalho de campo, asseguraram: “a gente tomou bastante remédio caseiro”; “as pessoas fizeram uso de remédios tradicionais”; “remédio caseiro fez a gente resistir”. As comunidades investiram na confecção de máscaras e também em remédios caseiros, apoiando umas às outras à distância e vendendo seus produtos com o suporte dos parceiros.

Perguntados como a pandemia havia afetado o turismo, os comunitários responderam: “nesses dois anos, agora que estamos voltando à normalidade, entre aspas” e que “a partir do que aconteceu (a pandemia), é só tristeza”. Para essas comunidades, o turismo é parte significativa na renda local. As falas que se seguem confirmam tal afirmação: “não foi fácil sem turismo. O turismo é muito forte nessa região”. Um outro comunitário seguiu defendendo a atividade em sua comunidade e seus possíveis impactos, ao afirmar que “o turismo não vem mexer em nada, vem trazer oportunidade e que tudo que nós temos é graças ao turismo”.

A sustentabilidade permeia os discursos mesmo que o termo não seja usado claramente. A gerente de uma pousada comunitária afirmou: “a pousada está aqui para trabalhar de forma agradável com o meio ambiente. Nosso intuito foi trazer o turismo para melhorar o meio ambiente [...] não precisa o homem estar todo dia derrubando madeira”, o que reflete preocupação com o meio em que está inserida. De acordo com um dos comunitários, “a gente tirava madeira de forma desorganizada” e, atualmente, até as áreas de manejo florestal se tornaram atrativos para o turismo, considerando que “a gente tem que preservar”.

Para esses grupos, o turismo seria uma estratégia para melhorar as condições de vida da comunidade e proteger os patrimônios natural e cultural, pois trabalhar com turismo implica em “preservar a floresta”. O mais importante em um contexto de sustentabilidade, segundo McCool (1999), é que o turismo sirva como um agente, uma ferramenta, redistribuindo renda e conservando o ambiente que dá suporte à atividade para as gerações futuras. A venda de artesanato, um produto associado ao turismo nas comunidades e fonte de renda para muitos comunitários, também foi severamente impactada, conforme se observa, por meio da fala subsequente.

[...] Esperamos que as coisas sejam retomadas, como a venda de artesanato e nosso restaurante comunitário aberto aos turistas. Ele ganhou painel solar, como também o posto de saúde [...]. Após o maior pesadelo da nossa história, as atividades vão voltar, com protocolos. Tiramos uma lição da pandemia: com força e coragem, não há nada difícil. Não há barreiras intransponíveis. Basta ter garra e valorizar a família e os amigos, porque na vida tudo é passageiro.
- Neurilene Cruz, técnica indígena de enfermagem e empreendedora na aldeia Três Unidos, no Rio Cuieiras, onde vivem 35 famílias da etnia Kambeba (Viana & Aldeodato, 2020, p.33).

Segundo um dos pequenos empreendedores da região, entre março e junho de 2020, houve 57 cancelamentos para a sua pousada, o que representaria R\$ 57 mil em geração

de renda. O entrevistado relatou que os clientes haviam efetuado o adiantamento de 50% das reservas na pousada, e, com a pandemia, solicitaram reembolso. Ocorre que parte do recurso havia sido investido, e muitas manobras foram feitas no intuito de ressarcir os clientes. Esse valor, ainda de acordo com o entrevistado, gera impacto direto em todos os envolvidos com o turismo comunitário da região, e sua ausência implica em refazer planos e repensar alternativas.

Os comunitários que trabalhavam prestando serviços nos meios de hospedagem do entorno das UCs ou atuando como condutores nas trilhas, e em outras atividades, perderam seus empregos e também paralisaram suas atividades. Para alguns deles, “o turista sumiu com a pandemia” ou ainda “a pandemia impactou todos os empreendimentos”.

É importante destacar que durante a visita nas comunidades, o que chamou atenção foi o fato de que os comunitários começaram a se planejar, gradativamente, para o retorno das atividades turísticas. O tempo de isolamento nas comunidades propiciou a manutenção em equipamentos como pousadas, restaurantes e lojas de artesanato. As trilhas também sofreram manutenção, os comunitários se reuniram e organizaram seus produtos e serviços e, aqueles que tiveram oportunidade, buscaram fazer cursos de qualificação de modo remoto.

Outro elemento citado como muito importante nesse período de pandemia foi a tecnologia, que contou a favor dos comunitários. A internet chegou em muitas comunidades do Mosaico para facilitar a comunicação, aproximar e integrar a todos: “a gente pode estar aqui, mas o mundo inteiro está nos acompanhando”. No entanto, para aquelas mais isoladas sequer há energia elétrica ou telefone.

A criatividade e as parcerias foram fundamentais para manter algumas atividades funcionando e permanecer com a “chama acesa” do turismo. Com a impossibilidade de se visitar as comunidades, uma agência de turismo desenvolveu, junto ao povo Baré da Comunidade Nova Esperança, na RDS Puranga Conquista, uma experiência à distância. A atividade consiste em uma visita virtual para conhecer a cultura indígena, envolvendo a comunidade, o artesanato, a gastronomia, as plantas medicinais, minimizando, assim, os impactos econômicos da ausência de visitantes. Desde o início da experiência, foram realizadas 15 viagens *online*, gerando cerca de R\$ 10 mil reais em renda para a comunidade, de acordo com a agência. Os valores aplicados à vivência, ao faturamento mínimo e à distribuição da renda foram definidos entre os co-criadores. Nesse sentido, um dos comunitários envolvidos com a experiência apresentou o seguinte depoimento⁸:

Fazendo uma reflexão, mesmo com todos os desafios da pandemia na saúde, na educação e na economia, eu falo que o Baré estava “on”, porque surgiu a Conexão Baré. Hoje, nós trabalhamos essa iniciativa que a cada dia nos traz mais aprendizado e tem impactado na receita da própria comunidade e ajuda as famílias [...]. É importante compartilhar, é possível fazer o turismo de forma virtual no meio da floresta, desenvolver, inovar e de fato concretizar a sustentabilidade para os povos que vivem na floresta.

Grande parte das comunidades do Mosaico, o que inclui Nova Esperança, vivia da extração de madeira, e percebeu no turismo uma ferramenta que pudesse garantir renda por meio de uma atividade mais sustentável. Atualmente, para muitos desses comunitários, o turismo é uma fonte de renda importante e que não impacta o ambiente natural: “o intuito foi trabalhar com turismo para melhorar o meio ambiente [...] para preservar a floresta”.

A partir de abril de 2021 – Portaria SEMA nº 31, de 13 de abril (Governo do Estado do Amazonas, 2021) – o turismo foi autorizado nas UCs apenas para contemplação, mas sem interação com as comunidades ribeirinhas e indígenas. Embora tenha sido o começo de uma nova etapa para o turismo, essa medida não ajudou economicamente as comunidades, pois não se podia receber visitantes. Sem contar que pouco, ou nada, ganharam com o uso da sua área por terceiros, haja vista que as pousadas e hotéis seguiram levando visitantes nas trilhas, cachoeiras e outros atrativos sem consulta aos comunitários. Mas, de toda forma, foi uma medida preventiva, pois as comunidades estavam vulneráveis ao novo coronavírus.

Uma das falas bastante significativas sobre a pandemia vem da RDS Rio Negro:

As crianças já estão brincando, e o turismo vai voltar, com responsabilidade bem maior. No início, o ‘*lockdown* caboclo’ impediu sair ou entrar na comunidade. Não tinha futebol, visitas ou dominó. Mas em agosto ocorreram dois óbitos. Uma lição: quando não aprendemos com o amor, aprendemos com a dor - Izolena Garrido, RDS do Rio Negro (Viana & Aldeodato, 2020, p.44).

Em comunidades como Saracá, na mesma Reserva, segundo uma das entrevistadas, “a pandemia impactou metade dos moradores”, a comunidade perdeu uma liderança feminina, e a COVID-19 deixou muitas sequelas físicas e psicológicas. Mesmo diante das perdas de amigos e parentes, os comunitários seguiram investindo no turismo, pois afirmam que a comunidade “não tem fonte de renda”. A comunidade Saracá construiu um redário⁹ e, desde que a pandemia começou, somente no início do mês de novembro voltou a receber visitantes: uma única turista permaneceu por quatro dias na comunidade e aprovou as atividades e pernoites, segundo a entrevistada.

Para as comunidades, o “turismo não só gera renda, mas fortalece a questão cultural”, sendo assim o sentimento de pertencimento está muito presente na região, e o sentido de coletividade permanece mesmo diante das adversidades. Nota-se, outrossim, que há um planejamento para o turismo por parte dos comunitários e a confiança na vacina contra a COVID-19, mesmo com o entendimento de que não se pode abrir mão dos protocolos de biossegurança.

Considerações Finais

O turismo é vulnerável a fatores externos e a pandemia da COVID-19 é a maior prova dessa afirmação. As comunidades visitadas no Mosaico atenderam às portarias, decretos,

precisaram de ajuda e dos parceiros para sobreviver, e ainda tiveram que se adaptar à situação imposta pelo novo coronavírus. A ajuda financeira e material incluiu a distribuição de cestas básicas, de materiais para higiene pessoal e limpeza, realização de exames, e encaminhamento para as unidades de saúde, quando necessário. É importante mencionar que a medicina tradicional foi acionada pelos comunitários, resgatando os saberes dos anciões e fortalecendo os laços comunitários em uma rede de apoio mútuo.

Com o retorno das viagens e a reabertura das visitas às UCs e, conseqüentemente, às comunidades, o público brasileiro passou a se deslocar para a Amazônia, considerando o dólar alto e algumas barreiras que o impedia de viajar para o exterior. Com relação ao visitante estrangeiro, algumas restrições de viagem ainda podem impedir que o Amazonas seja o destino escolhido. Diante desse contexto, e considerando o público regional, o Mosaico oferece um grande potencial turístico, sendo necessária a preparação das comunidades locais tanto para situações de crise quanto para melhor ofertar seus produtos e serviços, consolidando-os em um mercado turístico não convencional.

O turismo é percebido como uma ferramenta de conservação e sustentabilidade nos territórios. No entanto, é necessário refletir sobre a permanência da atividade como complementar à renda, pois talvez não geraria tamanha dependência como se observou na maioria das comunidades do Mosaico. Por outro lado, como promover geração de renda para as comunidades locais nesses espaços protegidos, com base em seus objetivos de criação, sem um envolvimento maior com o turismo?

Grande parte das comunidades visitadas, ao longo da pandemia, seguiu priorizando o planejamento e a organização, acreditando que o turismo local seria retomado com sucesso. O turismo, sem nunca ter se configurado como prioritário nos investimentos e nas políticas do estado, mostra-se como uma atividade incipiente em grande parte dos municípios e bastante desigual no contexto do Mosaico, seja por falta de investimentos financeiros, por conta das dimensões territoriais da região ou pela ausência de produtos e serviços turísticos consolidados no mercado.

Dessa forma, recomenda-se que:

- A discussão sobre a retomada segura das atividades seja contínua entre as várias instituições do Mosaico;
- Ampliem-se as campanhas de sensibilização para visitantes e visitados;
- Haja suporte contínuo nas políticas públicas para as iniciativas locais e roteiros não convencionais de turismo do Mosaico;
- Ampliem-se o acesso e a capacidade de atendimento à saúde nos municípios.

Referências

Aleixo, N.C.R., & Silva Neto, J.C.A. (2020). *A cartografia dinâmica da COVID-19 no Amazonas*. Atlas ODS Amazonas. Recuperado em 15 dezembro 2021 de

<https://www.atlasodsamazonas.ufam.edu.br/ultimas-noticias/114-a-cartografia-dinamica-da-covid-19-no-%20amazonas.html>

Amazonastur. (2020a). *Amazona-se: plano de retomada da atividade turística no Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Amazonas.

Amazonastur. (2020b). *Movimentação e Caracterização dos Turistas do Amazonas*. Recuperado em 15 dezembro 2021 de <http://www.amazonastur.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Movimenta%C3%A7%C3%A3o-e-Characteriza%C3%A7%C3%A3o-dos-Turistas-AM-2020-1.pdf>

Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Cardoso, T.M. (2010). *Depoimento: o Mosaico do Baixo Rio Negro*. Publicado em Unidades de Conservação. Recuperado em 15 dezembro 2021 de <http://uc.socioambiental.org/>

Croda, J., Oliveira, W.K., Frutuoso, R.L., Mandetta, L.H., Baia-da-Silva, D.C., Brito-Sousa, J.D., Monteiro, W.M., & Lacerda, M.V.G. (2020). COVID-19 in Brazil: advantages of a socialized unified health system and preparation to contain cases. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, 53, e20200167. <https://doi.org/10.1590/0037-8682-0167-2020>

Cruz, R.C.A. (2020). O evento da COVID-19 e seus impactos sobre o setor turismo: em busca de uma análise multi e trans-escalar. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, [S.l.], 1-15, dez. ISSN 1980-6965. Recuperado em 15 dezembro 2021 de <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/6636/33432021>

Governo do Estado do Amazonas (2020a). *Portaria SEMA n° 32, de 17 de março de 2020*. Recuperado em 15 dezembro 2021 de <http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Portaria-N.-32.2020-Emergencial-Covid-19-4.pdf>

Governo do Estado do Amazonas (2020b). *Portaria SEMA n° 54, de 1° de junho de 2020*. Recuperado em 15 dezembro 2021 de <https://www.transparencia.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/PORTARIA-N.-54-2020-SEMA.pdf>

Governo do Estado do Amazonas (2020c). *Portaria SEMA n° 12, de 10 de fevereiro de 2021*. Recuperado em 15 dezembro 2021 de <https://www.transparencia.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/PORTARIA-n.-012-2021-SEMA.pdf>

Governo do Estado do Amazonas (2021). *Portaria SEMA n° 031, de 13 de abril de 2021*. Recuperado em 15 dezembro 2021 de <http://www.transparencia.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/PORTARIA-n.-031-SEMA-de-13-de-abril-de-2021.pdf>

Higgins-Desbiolles, F. (2020). Socialising tourism for social and ecological justice after COVID-19. *Tourism Geographies*, 22(3), 610-623. Recuperado em 15 dezembro 2021 de <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14616688.2020.1757748>

Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas [IPAAM]. (2018). *Rio Negro ganha status internacional de maior zona úmida do planeta no 8º Fórum Mundial da Água*. Recuperado em 15

dezembro 2021 de <http://www.ipaam.am.gov.br/rio-negro-ganha-status-internacional-de-maior-zona-umida-do-planeta-no-8o-forum-mundial-da-agua/>

Irving, M. de A. (2015). Turismo, áreas protegidas e inclusão social: uma triangulação necessária em planejamento, no caso brasileiro. In: *Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres*. Irving, M. de A., Rodrigues, C.G. de O., Rabinovici, A., & Costa, H.A. 1. Ed. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem.

Lancet. (2020). *COVID-19 in Brazil: “So what?”*. The Lancet, 395, 1461.

LEGISWEB. (2020). *Decreto N° 42061 de 16/03/2020*. Dispõe sobre a declaração de situação de emergência na saúde pública do Estado do Amazonas, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV), e institui o Comitê Intersetorial de Enfrentamento e Combate ao COVID-19. Recuperado em 15 dezembro 2021 de <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391375>

Lima, D.M., & Alencar, E.F. (2000). Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões. In: *Populações e meio ambiente*. Torres, H., & Monteiro, H. (Eds). Senac & Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Brasília. 133-161.

Lima Ayres, D.M. (1992). *The social category caboclo: history, social organisation, identity and outsider’s social Solimoes classification of the rural population of an Amazonian region (The Middle Solimoes)*. (Doctoral thesis, University of Cambridge). <https://doi.org/10.17863/CAM.19981>.

Machado, C.J.S., Costa, D.R.T.R., & Villani, R.M. (2011). A análise do princípio da participação social na organização federal dos conselhos gestores de unidades de conservação e mosaicos: realidade e desafios. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. 8(3), 50-75.

McCool, S.F. (1999). Making tourism sustainable, sustainable tourism and what Should tourism sustain: different questions, different indicators. *Proceeding of the 1999 International Symposium on Coastal and Marine Tourism: Balancing Tourism and Conservation*. Vancouver, BC, Canada.

Menezes, T, Simonetti, S.R., Lima, A.R.N., & Nogueira, D.R.C. (2021). Reflexões em Tempos de Pandemia: um olhar sobre o turismo no Amazonas. *GEO UERJ*. Rio de Janeiro, 39, e61315. DOI: 10.12957/geouerj.2021.61315

Ministério do Meio Ambiente [MMA] (2010a). *Portaria 483, de 14 de dezembro de 2010. Mosaico do Baixo Rio Negro*. Recuperado em 20 dezembro 2021 de <http://www.mma.gov.br/legislacao/areas-protegidas?download=821:portaria-n-483-de-14-de-dezembro-de-2010>

Ministério do Meio Ambiente [MMA] (2010b). *Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002*. Recuperado em 20 dezembro 2021 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm

Ministério do Meio Ambiente & Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [MMA & ICMBio]. (2020a). *Portaria N° 227, de 22 de março de 2020*. Suspende por tempo indeterminado a visitação pública nas unidades de conservação federais. (Processo nº. 02070.002205/2020-83). Recuperado em 5 dezembro 2021 de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-227-de-22-de-marco-de-2020-249490867>

Ministério do Meio Ambiente & Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [MMA & ICMBio]. (2020b). *Portaria N° 890, de 25 de agosto de 2020*. Permitir a reabertura da visitação pública nas Unidades de Conservação Federais. Recuperado em 5 dezembro 2021 de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-890-de-25-de-agosto-de-2020-274149690>

Mosaico do Baixo Rio Negro (2020). *Protocolo para Visitação às Unidades de Conservação do Mosaico do Baixo Rio Negro – Amazonas*. 1ª ed. Agosto. Recuperado em 5 dezembro 2021 de <https://www.portalmarcossantos.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Protocolo-Baixo-Rio-Negro-Covid-19-v03.pdf>

Procuradoria Geral do Estado do Amazonas [PGE-AM] (2020). *Decreto N.º 42.087, de 19 de março de 2020*. Dispõe sobre a suspensão das aulas da rede pública estadual de ensino, em todos os municípios do Estado do Amazonas, bem como das atividades das academias de ginástica e similares, e do transporte fluvial de passageiros em embarcações, à exceção dos casos de emergência e urgência, na forma que especifica. Recuperado em 04 maio 2022 de <http://www.pge.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/Decreto-42087-de-19.3.2020.pdf>

Simonetti, S.R., & Porto, N.P. (2020). Turismo comunitário: da teoria à prática na região do rio Negro (AM). In: *Diálogos sociais em turismo: elementos hegemônicos e contra hegemônicos*. Alves, K. dos S. (org.). 1. Ed. Belo Horizonte: Editora Dialética.

Souza, T.V.S.B., & Simões, H.B. (2019). *Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2018*. Sumário Executivo. ICMBio. Brasília. Recuperado em 15 dezembro 2021 de https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/agenda-presidente/contribui%C3%A7%C3%B5es_Economicas_do_Turismo_-_final_-_web.pdfcontribui%C3%A7%C3%B5es_Economicas_do_Turismo_-_final_-_web.pdf

Viana, V., & Adeodato, S. (2020). *Em nome da vida na floresta: Aliança Covid Amazonas: a articulação de parcerias no enfrentamento do coronavírus e o legado para o futuro da maior floresta tropical do planeta*. Fundação Amazônia Sustentável. 1. ed. Manaus, AM: Fundação Amazônia Sustentável: FAS. Recuperado em 15 dezembro 2021 de <https://fas-amazonia.org/novosite/wp-content/uploads/2020/12/em-nome-da-vida-na-floresta.pdf>

Vidal, M.D., Paim, F.P., Nassar., P.M., & Simonetti, S.R. (2021). Impacts of Covid-19 Pandemic on Ecotourism Segment in Amazonas State, Brazil. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos – ABET*, 11. <https://doi.org/10.34019/2238-2925.2021.v11.31517>

Wiggers, R. (2012). Programa Bolsa Floresta: comunidades rurais em Unidades de

Conservação Ambiental do Amazonas. In: *Comunidades rurais: organização, associações e lideranças*. Wiggers, R., Ratier, H.E., & Rodrigues, C.M. Costa. (Orgs.). Manaus: EDUA.

Autores

Susy Rodrigues Simonetti: Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA/UFAM), Bacharel em Turismo, Professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: ssimonetti@uea.edu.br.

Pedro Meloni Nassar: Mestrado Profissionalizante em Gestão de Áreas Protegidas (MP-GAP/INPA), Graduação em Ciências Biológicas (UNICAMP), Coordenador do Programa de Turismo de Base Comunitária do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM). E-mail: pedro.nassar@mamiraua.org.br.

Josângela da Silva Jesus: Mestranda em Gestão de Áreas Protegidas (MPGAP/INPA), Bacharel em Turismo (UFPE), Tecnóloga em Sistemas de Gestão Ambiental (CEFET/PE), Analista Ambiental e Coordenadora de Uso Público, Voluntariado e Comunicação do Núcleo de Gestão Integrada do ICMBio de Novo Airão (AM). E-mail: jo.ufpe@gmail.com.

Notas

¹ Uma doença causada pelo novo coronavírus – *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus* – SARS-CoV-2.

² As terras firmes são áreas que não estão sujeitas às inundações, enquanto os igapós encontram-se nas margens de rios, portanto, sofrem inundações frequentes.

³ O Projeto Legado Integrado da Região Amazônica – LIRA – foi concebido para aumentar a efetividade de gestão de 86 áreas protegidas da Amazônia e manter a conservação da biodiversidade, das culturas e das comunidades locais e tradicionais, além de contribuir com serviços ecossistêmicos e para minimizar os efeitos das mudanças climáticas. Para maiores informações consultar: <https://lira.ipe.org.br/index.php/o-legado>.

⁴ É importante mencionar que as atividades deveriam ter iniciado em 2020, no entanto, com a pandemia da COVID-19, a programação foi adiada até que houvesse mais segurança para a realização do trabalho.

⁵ Das 23 comunidades listadas, não houve diálogo com moradores de Airão Velho (há registro de uma família vivendo na área próxima das ruínas, mas não estava no local durante a visita) e de Paricatuba.

⁶ Os municípios no Amazonas seguiram as determinações do estado e publicaram suas

próprias portarias e decretos.

⁷ Populações indígenas, pessoas em situação de rua, imigrantes e refugiados e famílias das periferias.

⁸ A Experiência da Conexão Baré e o depoimento estão disponíveis em: <https://braziliando.com/pt/2021/09/04/conexao-bare-viagem-online/>

⁹ Estrutura coberta, telada e em madeira, própria para abrigar visitantes que pernoitam em redes.